



Migração como um desafio para permanência?

uma análise dos impactos do SiSU na permanência estudantil em grandes universidades

Orientadora: Profa. Dra. Marta Teresa da Silva Arretche

Orientando: Geovânio Alves Monteiro

Área: Políticas Públicas

Texto de suporte:

Este projeto de pesquisa coloca o seguinte problema: como a reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a implementação do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) impactaram as políticas de permanência das universidades federais públicas para estudantes oriundos de cidades distantes do *campus* de estudo, ou seja, estudantes migrantes?

A partir de 2010, com a implementação do SiSU, o ENEM passou a ocupar um lugar central na distribuição de vagas da educação superior pública brasileira (Senkevics, Mello, 2019; Andrada, 2022; Cardoso *et al.*, 2022). O ENEM tornou-se reconhecido por simplificar o acesso ao ensino superior para os estudantes, através de uma prova unificada. A abrangência do exame é notável, sendo aplicado em aproximadamente um terço dos municípios brasileiros (1698 municípios no ano de 2010) (MEC, 2010).

O SiSU, por sua vez, foi concebido com o propósito de trazer centralidade ao processo de seleção para o ensino superior público no Brasil, utilizando-se da nota obtida no ENEM (Brasil, 2010; Ribeiro & Moraes, 2020; Cardoso *et al.*, 2022). Sua operacionalização permite que os candidatos tenham acesso às vagas oferecidas por todas as universidades brasileiras que o adotam como método de seleção (Luz & Veloso, 2014).

Antes da implementação desses sistemas, os estudantes eram obrigados a se inscrever individualmente em cada instituição desejada, participando de exames de admissão, os famosos conhecidos como "vestibulares tradicionais" (Andrada, 2022; Cardoso *et al.*, 2022). Estes, por sua vez, eram realizados em datas distintas, podendo até mesmo ocorrer sobreposição, o que limitava as opções disponíveis aos estudantes. Muitos desses exames eram conduzidos em várias fases, geralmente nos fins de semana dos últimos meses do ano ou nas primeiras semanas do ano seguinte (Andrada, 2022; Cardoso *et al.*, 2022).

Nesse contexto, caso um estudante desejasse concorrer a uma vaga em uma instituição de outro estado, frequentemente era necessário percorrer longas distâncias para realizar a prova (Luz & Veloso, 2014). Além de escolher a instituição desejada (cada vestibular destinava-se apenas às vagas de uma instituição específica), o candidato também precisava, no momento da inscrição, indicar o curso, campus e turno de sua preferência (Andrada, 2022).

Assim, a existência de uma prova comum realizada por milhões de brasileiros, cuja nota dá acesso a centenas de milhares de vagas por meio do SiSU, nos permite enxergar esses mecanismos como uma das portas de acesso mais importantes para o ensino superior no país.

Nesse sentido, com a adoção de um sistema centralizado de acesso ao ensino superior, diversas mudanças têm sido provocadas. A mudança sobre a qual nos debruçaremos diz respeito ao aumento da mobilidade estudantil. Uma das promessas do SiSU era justamente permitir que houvesse tal mobilidade, ou seja, que estudantes pudessem estudar em locais por vezes longes da sua região de origem (Nogueira *et al*, 2017).

Além das possíveis contribuições para a literatura, esperamos chamar a atenção para as desigualdades no sistema que contribuam para avaliações mais aprofundadas (Arretche, 2001) de políticas públicas relacionadas à permanência na educação superior no Brasil. Diante da importância do ensino público superior para o país e do alto custo das políticas educacionais direcionadas para esse segmento de ensino, é fundamental explorar esta agenda de pesquisa.

Objetivos da pesquisa:

Elencamos os objetivos desse projeto em 3 etapas. Primeiro, buscaremos realizar um mapeamento da transformação da migração para educação superior para as universidades selecionadas no período entre 2009 e 2015, buscando contribuir com um balanço do fenômeno da migração estudantil no período de interesse que é ainda inexistente. Em seguida, faremos uma análise documental com a finalidade de analisar o impacto desse sistema centralizado nos critérios que as universidades usavam para a distribuição de apoio para permanência estudantil, ou seja, se a distância entre a universidade e a cidade de origem do estudante passou a ser explicitada como critério. Por fim, com a finalidade de avaliar o efetivo impacto da nova política, buscaremos descrever quantos auxílios/benefícios para os estudantes foram efetivamente contemplados antes e quantos foram depois das mudanças de critérios no edital.

Foram escolhidas as instituições públicas de grande porte com pós-graduação alta e com mais de 30 mil estudantes, com base na tipologia de Schwartzman, Silva Filho, Coelho (2021). Esta tipologia inclui 16 universidades públicas. Entre estas, serão desconsideradas 4 universidades estaduais: a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Consideramos apenas as IFES, pois foi a essas instituições que foi lançada, em 2009, a ideia de um sistema centralizado de recrutamento de estudantes, envolvendo negociações com os reitores (Andrada, 2022).

Dessa forma, nosso projeto se concentra em 12 universidades federais. Instituições desse porte, por vezes, estão localizadas também nas capitais ou grandes cidades de cada estado. Nesse sentido, além de estarem entre as mais prestigiadas na educação superior brasileira, atraem um grande contingente de estudantes de diversas regiões do país.

No que se refere ao nosso recorte, o período de análise documental abrange de 2006 a 2015, permitindo a observação de possíveis mudanças ao longo do tempo nas políticas de permanência destas instituições, principalmente por se tratar de 5 anos antes e 5 anos depois da criação do SiSU, além da concretização de uma política nacional de assistência estudantil, em 2010.

Alguns achados da literatura (Li, 2017; Nogueira *et al.*, 2017; Cardoso *et al.*, 2022) indicam que políticas como o SiSU e a reformulação do ENEM foram catalisadoras do processo de migração estudantil, uma vez que, por meio do ENEM, o estudante passou a realizar a prova próximo da sua localidade e, com o SiSU, a concorrer a vagas em instituições de ensino localizadas em regiões diferentes. Portanto, nossa hipótese é que a implementação dessas medidas fez avançar políticas que levam em consideração a distância entre a cidade de origem e a universidade como critério para concessões de auxílios permanência.

Material e métodos:

Nesta proposta de trabalho, faremos o mapeamento da migração das universidades utilizando os microdados disponíveis que podem ser acessados através do Serviço de Acesso a Dados Protegidos (Sedap). O Sedap permite acesso a informações individuais sensíveis para fins da realização de pesquisas científicas de interesse público. A Faculdade de Economia e Contabilidade da USP inaugurou, em julho de 2024, uma Sala Sedap, que

facilitará o acesso a esses dados. O acesso à sala foi obtido através de um pedido, registrado sob o nº 23036.007023/2024-19, realizado no site da faculdade¹.

Além disso, realizaremos uma análise documental, envolvendo uma revisão e uma análise de conteúdos de editais que delineiam as políticas de permanência das universidades no período selecionado. Buscaremos identificar e examinar os documentos que explicitam os critérios para concessões de auxílios para permanência, de maneira que tenhamos uma compreensão mais detalhada das práticas adotadas por essas instituições.

Com a finalidade de avaliar completamente o alcance das políticas de permanência, também investigaremos quantas bolsas ou auxílios foram efetivamente oferecidas considerando os critérios estabelecidos. Nesse sentido, isso nos permitirá ter uma visão melhor do impacto dessas políticas e identificar eventuais diferenças entre o que está documentado e a prática.

Também é importante destacarmos uma possível limitação que se refere ao fato de alguns dados não estarem disponíveis publicamente. Para garantir nossa proposta, em caso de informações não encontradas, iremos utilizar o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) para solicitar os dados pertinentes diretamente às instituições envolvidas. O SIC atua como uma interface entre o cidadão e os órgãos e entidades públicas, garantindo o cumprimento da legislação que atende às solicitações de informações conforme estabelecido pela Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527.

Conclusões e formas de análise dos resultados:

Para concluir, nesta seção serão descritas as formas para analisar os resultados da pesquisa. Propomos para o mapeamento utilizar o *software* R, servindo-se dos dados obtidos do Sedap, tendo em vista que este é um dos poucos *software* disponíveis na sala secreta. Algumas bibliotecas no R nos permitem criar mapas de fluxo da migração, nos proporcionando representar os resultados da análise.

Para a análise documental dos editais e documentos oficiais que delineiam as políticas de permanência das universidades, serão conduzidas técnicas de processamento de dados utilizando a linguagem de programação Python. Serão utilizados, para extração de informações, bibliotecas de processamento de linguagem natural (NLP) e de análise de texto, como NLTK e spacy.

¹ Este link sintetiza o processo para realização do pedido: <https://www.fea.usp.br/pesquisa/sala-sedap-inep>

Por fim, se necessário, utilizaremos estatísticas descritivas adequadas para visualização de dados, facilitando a interpretação e comunicação dos achados. Os resultados obtidos serão interpretados à luz dos objetivos da pesquisa, fornecendo insights sobre o impacto do sistema centralizado na permanência estudantil das universidades selecionadas.

Destacamos, por fim, que a utilização do Python nos oferece uma abordagem automatizada e eficiente, permitindo uma análise mais abrangente e uma apresentação mais clara dos resultados obtidos.

Referências:

- Andrada, A. C. S. (2022). Quando estudantes e vagas precisam se encontrar: Por uma sociologia dos processos de pareamento. [Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2022.tde-06012023-195821>
- Arretche, M. (2001). Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: Moreira, M. C. R. & Carvalho, M. C. B. (Org.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP.
- Brasil. (2010). Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada. Diário Oficial da União, Brasília, 147(18), 27 de janeiro de 2010. Recuperado de <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=80&data=27/01/2010>
- Cardoso, R. P., Castro, A. P., Frio, G. S., & Fochezatto, A. (2022). Migração estudantil: uma análise do impacto da política de cotas e do programa universidade para todos. In: Macedo, F. C. de, Neto, A. M. & Vieira, D. J. (Org.). Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI. Brasília: IPEA. <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1>
- Li, D. L. (2016). O novo Enem e a plataforma SisU: efeitos sobre a migração e a evasão estudantil [Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), Universidade de São Paulo (USP)]. Recuperado de <https://doi.org/10.11606/D.12.2016.tde-23112016-094256>
- Luz, J., & Veloso, T. (2014). Sistema de seleção unificada (SISU): refletindo sobre o processo de seleção. Revista Educação e Fronteiras, 4(10), 68-83. Recuperado de <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/3649>
- MEC. (2010). Abstenção no primeiro dia fica em 27%. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/16011-abstencao-no-primeiro-dia-fica-em-27>
- Nogueira, C. M. M., Nonato, B. F., Ribeiro, G. M., & Flontino, S. R. D. (2017). Promessas e limites: o SiSU e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. EDUR • Educação em Revista. <https://doi.org/10.1590/0102-4698161036>

- Ribeiro, J. L. L. de S., & Morais, V. G. (2020). A possível relação entre o SiSU e a evasão nos primeiros semestres dos cursos universitários. *Revista Brasileira de Educação*, 25.
<https://doi.org/10.1590/s1413-24782020250040>
- Schwartzman, S., Silva Filho, R. L., & Coelho, R. R. A.. (2021). Por uma tipologia do ensino superior brasileiro: teste de conceito. *Estudos Avançados*, 35(101), 153–186.
<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.011>
- Senkevics, A. S. (2021). A expansão recente do ensino superior: cinco tendências de 1991 a 2020. *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, 3(4), 199-246.
<https://doi.org/10.24109/27635139.ceppe.v3i4.4892>
- Senkevics, A. S., & Mello, U. M. (2019). O Perfil Discente das Universidades Federais Mudou Ps-Lei de Cotas? *Cadernos de Pesquisa*, 49(172), 184-208.
<https://doi.org/10.1590/198053145980>